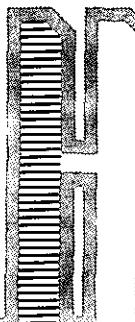




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 127

TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 155^a SESSÃO, EM 9 DE AGOSTO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente a seguinte matéria:

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1992 (nº 128, de 1986, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor de Cr\$14.000.000.000.000,00 (quatorze trilhões de cruzeiros). (Redação final.)

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 744, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando seja considerado como licença autorizada o dia 9 de agosto em curso. Votação adiada por falta de **quorum**.

— Nº 745, de 1993, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 145/93, que cria cargos de Patrulheiro Rodoviário Federal e dá outras providências.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta solene, a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — CNEC, pelo transcurso de seu cinqüentenário de Fundação.

— Prejudicialidade do Requerimento nº 809, de 1992, dos Senadores Esperidião Amin e Élcio Álvares, solicitando a convocação do Ministro da Aeronáutica ao Plenário do Senado, para prestar informações sobre as condições de segurança de vôo da VASP.

— Prejudicialidade do Parecer nº 371, de 1991, sobre a Consulta nº 5, de 1991, da Presidência do Senado Federal, sobre proposta de Ato da Comissão Diretora que dispõe sobre a aplicação dos sistemas de ascensão e progressão funcionais, concluindo que tais institutos foram banidos pela Constituição de 1988.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Considerações sobre a crise do setor da Saúde.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Assassinato do Senador Olavo Pires, ocorrido há mais de dois anos e ainda não desvendado pela Polícia. Perseguições do atual Governador de Rondônia a prefeitos tidos como adversários políticos.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Histórico da criação e finalidade da Universidade de Brasília-UnB, apelando às autoridades governamentais por maior apoio financeiro àquela instituição.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Apelo aos Ministros da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, e das Minas e Energia, Deputado Paulino Cícero, com vistas a retomada das obras da hidrelétrica de Manso, no Estado de Mato Grosso.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1993 (nº 3.714/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras provisões. Votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1993, que dispõe sobre o não pagamento da ajuda de custo aos Membros do Congresso Nacional. Discussão encerrada, após parecer de plenário favorável, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR AUREO MELLO — Advertência de tentativa de ocupação estrangeira da Amazônia pela presença de tropas norte-americanas e francesas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa e delimitação da área da reserva Yanomami. Implementação do Projeto Calha-Norte.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

Nº 410, DE 1993

3 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

Ata da 183^a Reunião, realizada em 8-6-93.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES



EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Dirutor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MALA****Dirutor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Dirutor Administrativo****LUÍZ CARLOS BASTOS****Dirutor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Dirutor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semanal Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 155^a Sessão, em 9 de agosto de 1993**3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura***Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Chagas Rodrigues, Júlio Campos e Nabor Júnior***ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Albano Franco _ Chagas Rodrigues _ Dario Pereira _ Elcio Álvares _ Epitácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemburg _ Garibaldi Alves Filho _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ João Rocha _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Pedro Teixeira _ Ronaldo Aragão _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**PARECER**

PARECER Nº 248, DE 1993
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1992 (nº 128, de 1986, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1992 (nº 128, de 1986, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor de Cr\$14.000.000.000,00 (quatorze trilhões de cruzeiros).

Sala de Reunião da Comissão, 9 de agosto de 1993. — Chagas Rodrigues, Presidente — Carlos Patrocínio, Relator — Nabor Júnior — Júlio Campos.

ANEXO AO PARECER Nº 248, DE 1993

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1992 (nº 128, de 1986, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu —, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1993

Homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor de Cr\$14.000.000.000,00 (quatorze trilhões de cruzeiros).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É homologado o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor de Cr\$14.000.000.000,00 (quatorze trilhões de cruzeiros).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 744, DE 1993

Senhor Presidente,

Na forma do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, requeiro seja considerada licença minha ausência aos trabalhos da Casa, dia 9 de agosto em curso, a fim de participar, em São Paulo, dos seguintes eventos:

1. Programa de Revisão Constitucional, promovido pelo Instituto de Estudos Avançados, da Universidade de São Paulo, conforme convite em anexo;

2. Seminário sobre educação, a realizar-se no auditório do **O Estado de S. Paulo**;

3. Palestra sobre o Processo Político Brasileiro, a convite do Sindicato da Habitação (SECOVI).

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1993. — Senador **Marco Maciel.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

IEA.322/93

Exmo. Sr.
Marco Maciel
Senado Federal
Gab. 01 - Anexo II
Brasília — DF

São Paulo, 20 de julho de 1993.

Ref. Programa de Revisão Constitucional — Consulta sobre encontro de caráter restrito no dia 9 de agosto de 1993
Prezado Senhor,

Apraz-me levar ao conhecimento de V. Ex^a que este Instituto vem desenvolvendo um programa, de estudos sobre Revisão Constitucional. Esse programa, coordenado pelo professor Bolívar Lamounier, conta com a participação de cerca de cinqüenta especialistas, distribuídos em oito grupos temáticos, quais sejam: 1) As Instituições Judiciais; 2) Ordem Econômica; 3) Administração Pública; 4) Tributação e Orçamento; 5) Educação, Ciência e Tecnologia; 6) Relações Capital-Trabalho; 7) Estrutura Político-Institucional, e 8) Repensar a Federação. Cada grupo preparou subsídios que serão a partir de agora compatibilizados e consolidados num documento básico.

Nesse sentido, venho consultá-lo sobre vossa disponibilidade e interesse em participar de grupos temáticos.

Nessa oportunidade, serão apresentadas e discutidas as propostas relativas aos temas acima enumerados.

Aproveito esta oportunidade para encaminhar-lhe a relação de nomes daqueles que estão sendo consultados para participar do referido encontro, solicitando a sua urgente confirmação. Recebidas as manifestações de interesse, serão emitidos os convites definitivos e providenciada a remessa dos documentos a serem discutidos no encontro. A resposta a presente consulta poderá ser encaminhada aos cuidados da Srt^a Cláudia Regina, através do fax (011) 211-9563, até o dia 26 de julho próximo, às 18h.

Para os convidados que chegarem no domingo, 8 de agosto, será providenciada a hospedagem. Com relação ao transporte aéreo, lastimo informar a impossibilidade deste Instituto assumir este encargo. Caso vossa participação dependa da obtenção de uma passagem aérea, favor nos manter informados. Neste caso tentaremos colaborar para viabilizar a obtenção de recursos para solucionar esta restrição.

Contando com sua rápida resposta a esta consulta, permaneço ao inteiro dispor para as informações complementares que se fizerem necessárias e envio meus sinceros cumprimentos.

Atenciosamente, — **Jacques Marcoviteh**, Diretor,

Anexo: Relação dos consultados e dos coordenadores e relatores dos grupos temáticos.

Lista de convidados para discutir as propostas para a Revisão Constitucional

Integrantes do Programa

As Instituições Judiciais

Ada Pellegrini Grinover

Carlos Mário Velloso

Cláudio Lacombe

Ordem Econômica

Alberto Venâncio

André Franco Montoro Filho

Gilberto Dupas

Ruy Martins Altenfelder

Sérgio Welang

Administração Pública

Hélio Janny Teixeira

João Geraldo Piquet Carneiro

Maria Sylvia Di Pietro

Tributação e Orçamento

Alcides Jorge Costa

Carlos Longo

Fernando Rezende

Educação, Ciência e Tecnologia

Luiz Carlos de Menezes

Nilson José Machado

Sérgio Costa Ribeiro

José Goldemberg

Relações Capital/Trabalho

Amaury de Souza

Hélio Zylberstajn

Estrutura Política e Institucional

Aspásio Camargo

Bolívar Lamounier

Carlos Estevam Martins

Paulo Nogueira Batista

Convidados Especiais

Senadores

Jarbas Passarinho

José Fogaça

Marco Maciel

Mário Covas

Deputados

Aloízio Mercadante

Benito Gama

Delfim Netto

Francisco Dornelles

Ibsen Pinheiro

Inocêncio Oliveira

José Dirceu

José Genoíno

José Serra

Luiz Eduardo Magalhães

Luiz Roberto Pontes

Manoel Castro

Nelson Jobim

Roberto Campos

Roberto Magalhães

Waldir Pires

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 745, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 336, alínea d, do Regimento Interno, requeremos urgência para o PLC nº 145/93, que cria cargos de Patrulheiro Rodoviário Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1993. — Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com o disposto no art. 340, inciso III, do Regimento Interno, o requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

A Presidência convoca sessão conjunta solene a realizar-se amanhã, às onze horas, neste plenário, destinada a homenagear a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — CNEC, pelo transcurso de seu cinqüentenário de fundação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência, não havendo objeção do Plenário, declara prejudicadas, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, as seguintes matérias:

— Requerimento nº 809, de 1992, dos Senadores Esperidião Amin e Elcio Alvares, solicitando a convocação do Ministro da Aeronáutica ao Plenário do Senado, para prestar informações sobre as condições de segurança de vôo da VASP; e

— Parecer nº 371, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 5, de 1991, da Presidência do Senado Federal, sobre proposta de Ato da Comissão Diretora que “dispõe sobre a aplicação dos sistemas de ascenção e progressão funcionais”, concluindo que tais institutos foram banidos pela Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemburg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL-SE — Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em fins de junho, chegou às minhas mãos o relatório final dos trabalhos da Comissão Especial instituída por decreto presidencial, destinada a “propor medidas objetivas e emergenciais a serem implementadas para a solução do problema de assistência médica e hospitalar.

De início, Sr. Presidente e Srs. Senadores, causou-me espécie constatar que apenas dois médicos, dentre sete membros, fizeram parte daquela equipe. Em que pese o indiscutível gabarito de todos os outros, personalidades destacadas dos segmentos mais representativos da sociedade, mesmo assim e por força de sua imediata desvinculação com a problemática específica das questões de saúde, seria plausível que a sua contribuição se visse limitada diante da complexidade técnico-operacional que somente a experiência poderia desvendar.

Além do mais, a limitação do tempo de duração da sua missão — de 17 a 29 de junho — deve ter comprometido os objetivos programados.

Por força de tais circunstâncias, seria comprensível que questões de significado primordial viessem à tona no decorrer do exame do referido relatório.

De minha parte, isso ocorreu, e em escala ainda maior, ao levar-se em conta a desativação do INAMPS. Se assumidas, em sua totalidade, as recomendações do grupo de trabalho, aliadamente à crescente descentralização dos serviços de saúde, estou certo de que o prejuízo social das medidas será incalculável.

Vejam-se os pontos discutíveis.

Ao que indica o derradeiro item do relatório, a proposta de criação de um Ministério da Seguridade Social, fruto da agregação dos Ministérios da Previdência, da Saúde e do Bem-Estar Social, agora transformados em secretarias daquele, é

de um flagrante equívoco conceitual e operacional. Não estou me referindo a uma evidente perda de *status*, mas à geração de uma impotência burocrática de tamanha ordem, que as questões peculiares de saúde, do bem-estar social e de previdência se veriam perdidas em meio a um emaranhado de filigranas capazes de, a curíssimo prazo, descharacterizar a razão de ser da nova, agigantada e “ingerenciável” máquina administrativa, o que sói acontecer constantemente no Brasil com as fusões de ministérios e seus posteriores desmembramentos.

Não bastasse isso, a criação de prioridades, tarefa essencial ao funcionamento de um organismo agregado artificialmente por objetivos dispares, acarretaria, sem qualquer dúvida, um desgastante embate de forças, cujo vitorioso não seria o interesse da comunidade, mas sim o poder de persuasão de cada administrador específico, em razão de argumentos de variada natureza, que não os necessariamente técnicos ou sociais.

Outro aspecto preocupante do relatório está na sugestão de atualização monetária diária dos débitos com a rede conveniada e contratada pelo SUS. Se, por um lado, isso corrige a defasagem dos repasses em atraso aos hospitais particulares, ao mesmo tempo cria um ambiente propício a se transformar a prestação de serviços em inusitado investimento de capital.

De igual forma, a proposta de revisão das concessões de filantropia e não-lucratividade põe em perigo, por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia, que possuem, em seu bojo, o princípio da universalidade de atendimento, isto é, elas acolhem desde o indigente ao abastado, circunstância impenitiva de uma identificação precisa acerca da espécie de seus serviços. Como as Santas Casas, há outras instituições que poderiam ser prejudicadas pela interpretação enviesada desses seus objetivos.

Por último, dentro dessa desambiciosa e superficial análise do relatório, depara-se com uma das mais incompreensíveis recomendações da Comissão: o fim dos abatimentos de despesas médico-hospitalares no imposto de renda das pessoas físicas.

Ora, um dos últimos redutos da classe média, em face dos elevados custos com assistência médica, está na possibilidade de socorrer-se desse expediente legal, justo, democrático, distribuidor de renda, que, acima de tudo, estimula o cuidado com a saúde, diante de um Estado inoperante na prestação de serviços adequados à sociedade.

Extinguindo-se a redução, extingue-se também um dos mecanismos mais relevantes do socorro médico-hospitalar de que dispõe o assalariado contribuinte, em proveito de uma estranhíssima sanha arrecadadora, ativada com intuito de prover os cofres da União de recursos destinados a recompor a lacuna gerada pela má administração do dinheiro e do interesse públicos.

De um modo geral, foi isso que constatei após — repito — uma visão ligeira daquele conjunto de propostas.

A questão da saúde deve ser entendida a partir da conjugação de um conjunto de forças dinâmicas, até certo ponto incontroláveis, ao mero bem-estar burocrático. Não se pode fugir à realidade de tratar-se de um buraco negro consumidor inegociável de recursos, criado pela ausência de uma disposição geral da sociedade em erradicar as causas originais da moléstias, como a subnutrição, a falta de ações profiláticas, a imprevisibilidade de endemias, o surgimento de novas patologias. Tudo isso demanda um enorme esforço por recursos humanos e materiais.

Em discurso proferido no dia 13 de abril deste ano, chama eu, mais uma vez, a atenção do Plenário desta Casa para o caos da saúde pública brasileira. Dizia eu que “o volume de recursos para assistência médica de natureza curativa é muitas vezes maior do que a da medicina preventiva. A prevenção do atendimento médico curativo — salientava naquela oportunidade — sempre prevalece sobre as ações de prevenção, postergando-as”. E continuava, logo após, fazendo uma alusão a um possível trabalho integrado entre as instituições governamentais, que “se uma integração fosse realmente benéfica, seria aquela que associasse o saneamento ao Ministério da Saúde, às ações preventivas”.

É bastante comum observarem-se cartazes solicitando a compaixão popular por donativos destinados a custear tratamentos no exterior, em face da ausência de condições efetivas em nosso País. Por que o Poder Público não fornece esse amparo, criando mecanismos internos, ao invés de arcar com despesas em outros centros ou de submeter as famílias a um desnecessário constrangimento, em busca de soluções para os seus problemas que poderiam muito bem ser equacionados pelo Estado, como um direito de todos os cidadãos?

Recente estudo do Banco Mundial estima em cerca de 132 dólares o gasto per capita com a saúde do brasileiro, enquanto a OMS recomenda um investimento de 500 dólares. É muito pouco, Sr. Presidente.

Ainda percorrendo esses descaminhos, os próprios critérios de distribuição das Guias de Internação Hospitalar — as famosas GIH — carecem de ser revistos. A base estatística usualmente empregada esconde a real possibilidade de existência de epidemias, que fogem aos padrões de normalidade e de expectativa. Os hospitais conveniados ficam sem saber como agir diante desse tipo de situação emergencial.

A irreverência chega a tal ponto que, no último dia 5 de julho, foi assinado o Decreto nº 858, que aloca recursos do FAT para o pagamento de débitos atrasados do sistema de saúde, conforme disposição da Medida Provisória nº 331, de 1993!

Dessa medida provisória há uma referência muito interessante, que é um artigo do Deputado José Serra em que ele diz:

“Agora, recorre-se de novo à improvisação ou à ‘garfada’ de 700 milhões de dólares nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para fazer frente aos gastos mais imediatos (pagamentos atrasados) do sistema de saúde. Vai acabar acontecendo com o FAT o que ocorreu com o FGTS, pois será mais um ‘emprestímo’ obviamente sem retorno, o terceiro desse Fundo à Saúde, corroendo as bases do único benefício social hoje financeiramente viável (o seguro-desemprego).

Os recursos do FAT deveriam ser aplicados pelo BNDES em empréstimos às empresas privadas — que podem ser executadas se não pagarem em dia e não “emprestados” a órgãos federais. E o pior é que os 700 milhões de dólares pretendidos não cobrirão o buraco, não alargarão significativamente o cobertor esteitro”.

E ele continua dizendo o seguinte:

“Posteriormente à edição da MP, o Governo publicou um decreto com o provável objetivo de corrigir as distorções apontadas, mas a emenda, no caso, saiu pior do que o soneto, pois: a) o decreto não pode mudar o teor da lei; b) é reafirmada a idéia de que o empréstimo é direto do FAT ao INAMPS; c) o Banco

do Brasil é nomeado agente financeiro do FAT (o que é ilegal); e d) são tornados indisponíveis os recursos oferecidos pelo Tesouro como garantia pelo ‘emprestímo’. Nesse sentido, a autoridade que assinar o empenho e autorizar a liberação do dinheiro do FAT com base nesse decreto poderá ser processada judicialmente.”

Essas são considerações feito pelo Deputado José Serra sobre esse empréstimo num excelente artigo que ele intitulou “Matando o doente”, na Folha de S. Paulo, do dia 9 de julho, sexta-feira, um mês atrás.

Trata-se, pois, de mais um calote contra o trabalhador, principalmente no que concerne ao atendimento do seguro desemprego, uma conquista social irreversível, destinada a amparar o chefe de família contra a situação de caos econômico responsável pela recessão e pelas demissões.

O Ministério da Saúde precisa atuar com mais seriedade, a fim de que o interesse coletivo sobreponha-se às ações isoladas e à improvisação que vem caracterizando o gerenciamento das ações do Governo.

Não estou disposto a calar-me — sempre disse isso aqui desta tribuna —, enquanto não constatar a existência de uma verdadeira determinação por parte dos agentes públicos, na busca de soluções para a grave crise por que passa a saúde do povo brasileiro, crise essa engendrada nos meandros da incompetência e do descaso para com o bem comum.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que desejava fazer nesta tarde — considerações essas que, aliás, deveriam ter sido feitas há mais tempo — quando me foi dada a possibilidade de ocupar a tribuna.

Os problemas de saúde do Brasil têm sido o motivo das minhas preocupações ao longo de toda a minha jornada de médico e de parlamentar. E não pretendo me calar assistindo ao descalabro da saúde no Brasil neste instante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB-RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, duas considerações me trazem hoje a esta tribuna: uma diz respeito à morte do Senador Olavo Pires e a outra aos desmandos e ao desgoverno no meu Estado.

Há mais de dois anos o Senador Olavo Pires foi assassinado em Rondônia e, desde essa época, instalou-se inquérito e procuraram-se culpados. Há mais ou menos quarenta dias, a imprensa nacional e local elucidou o crime, apresentando o nome dos pistoleiros, o valor por eles recebido e o local de pagamento.

Em pronunciamento anterior, falamos que sabíamos o número dos pistoleiros — cinco —, o nome deles, quanto foi pago e onde, mas faltava descobrir o nome dos mandantes. Dois desses pistoleiros foram assassinados misteriosamente. O último foi preso recentemente em São Paulo e, alegando falta de segurança em Rondônia — dizia estar jurado de morte —, pediu garantias e está sob a custódia da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no próximo ano, vamos ter campanha eleitoral e eleições, e continua a insegurança no meu Estado.

Pretendo fazer um requerimento ao Ministério da Justiça indagando como andam as investigações, os depoimentos, pa-

ra que a sociedade de Rondônia possa ter tranqüilidade. É preciso que a Polícia Federal, que investiga o crime, venha a público dar uma satisfação quanto ao inquérito e aos depoimentos; é preciso que ela diga o que foi apurado e o que pretende apurar; é necessário que essas investigações não caiam no marasmo, como aconteceu nestes dois anos, porque, a cada dia que passa, a intransqüilidade no Estado de Rondônia é maior. Este, o primeiro assunto que me trouxe a esta Casa.

Passo a falar do outro problema que aqui me traz, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Cheguei hoje do meu Estado, onde pude constatar o desgoverno que ali se instalou. Temos em Rondônia um Governo incompetente, que se relaciona muito bem com a mídia, com os jornais, com a televisão, que gasta uma soma exorbitante para se autopromover enquanto o Estado caminha a duras penas. É como se quisessem promover um Governador que não tem projeto ou plano algum.

Hoje, no Estado de Rondônia, só existem três projetos em andamento, todos do Governo Federal: o primeiro, o PLANAFLORA, foi aprovado por esta Casa e idealizado no Governo do Sr. Angelo Angelin. O atual Governador do Estado era Presidente da Assembléia Legislativa durante o governo Jerônimo Santana e procrastinou esse projeto durante seis meses, engavetando-o, quando ele deveria ter sido aprovado pelo legislativo estadual. E fez isso dando as mais estapafúrdias respostas às perguntas feitas pelo Governo, pelo Executivo, à Assembléia daquela época.

É um projeto com financiamento do Banco Mundial, com contrapartida do Governo Federal, participando o Executivo Estadual simplesmente com trabalho, algo que já fora feito no antigo projeto POLONOROESTE. E o Banco Mundial tem contestado essa contrapartida em trabalho.

O Governo do Estado faz propaganda do Linhão, que é o sistema de transmissão da ELETRONORTE, um programa também do Governo Federal. Ainda aqui os recursos provêm do Governo Federal, através da subsidiária da ELETROBRÁS, a ELETRONORTE. Portanto, o Governo do Estado nada faz para que esse projeto seja viabilizado, apenas faz propaganda, atribuindo essas obras do Governo Federal a si próprio, gastando na mídia fortunas incalculáveis enquanto o Estado caminha a duras penas.

Outro programa do Governo Federal é o recapeamento da BR-364, a espinha dorsal do Estado; os recursos ali utilizados são oriundos do Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Quando o Governo Federal promoveu um convênio entre o DNER e o DER para que fosse realizada a operação tapa-buracos, repassando esses recursos ao Governo do Estado, foi um desastre. A operação tapa-buracos não durou trinta dias e os recursos foram exauridos. Ninguém sabe como.

E agora, Sr. Presidente, o Governo Estadual, não satisfeito, começa a usar as chamadas AIHs para se promover, transformando-as em instrumento de política partidária, fornecendo-as aos seus apadrinhados e destinando-as ao hospital "x" e ao hospital "y"; aqueles a quem de fato essas AIH são destinadas não são atendidos, como é o caso do hospital de Ji-Paraná.

Não contente com tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo do Estado, com a sua incompetência, apela agora para o descontrole verbal e também para a agressividade com os prefeitos que não se alinham ao seu pensamento, chegando até a usar palavras chulas, impronunciáveis aqui nesta Casa. O desespero é tal que os prefeitos que não o

atendem começam a ser penalizados com agressividade, com a retirada de pessoal — pois há funcionários públicos federais à disposição dos municípios. Usa-se a chamada política de trinta, a política da perseguição, porque, quando não se tem projeto, não se tem programa; quando não se tem nada a apresentar, usa-se a agressividade, o destempero verbal. E é isso que acontece com o Governador do Estado de Rondônia.

Recebi, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma denúncia relacionada ao servidor público federal que está à disposição do Governo do Estado. Diz ela que o Governo do Estado criou a gratificação denominada hora-atividade para o professor estadual que se encontra em sala de aula, e que corresponde, em média, a 50% do salário do servidor. Até aí, muito bem. Essa gratificação, porém, de forma discricionária, foi negada ao professor estadual que está à disposição do município, cujo salário foi reduzido em 50% — mas apenas ao professor que está à disposição dos municípios que se opõem ao Governador. Somente àqueles é que o Governo do Estado não paga a gratificação de hora-atividade, fazendo, ainda, no rádio e na televisão, propaganda de que esses municípios — e muitos deles criados agora — é que têm o dever de pagar os 50%.

Ora, um município novo não tem receita. Ainda assim, é penalizado pela ação de um Governo que não pensa no conjunto da administração municipal, e sim em meia dúzia de pessoas que o servem; dessa forma, esses municípios estão sem professores tanto na zona rural como na urbana.

Essa não é a atitude do Governo Federal, que colocou doze mil funcionários, pagos pelos cofres públicos federais, à disposição do Estado. Mas até funcionários federais que estão à disposição dos municípios são retirados pelo Governo do Estado, para penalizar os municípios cujas administrações fazem oposição ao Governo Estadual. S. Exª assim age porque existe um convênio que coloca os servidores à disposição do Governo estadual, com ônus para o Tesouro Nacional; e quando há a contrapartida do Governo do Estado, o Governador faz o contrário: faz a propaganda da atividade do professor estadual, retira do município esse pagamento e diz que o município é que deve pagar. Essa é uma política de perseguição, de mesquinhez. É a prática de um governo que não sabe para onde vai, que não tem norte e, como disse num outro pronunciamento, faz continência com o chapéu alheio.

Chamo a atenção do Ministério da Integração Regional no sentido de que haja maior fiscalização da aplicação de recursos do Projeto PLANAFLORA destinados ao Estado de Rondônia, tendo em vista que os mesmos estão sendo utilizados para fazer política partidária, para agredir aqueles que não comungam com o pensamento do Governo do Estado, que está propiciando um ambiente insuportável tanto para o servidor público quanto para as prefeituras. Chegou-se ao ponto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de o Governador do Estado, num desequilíbrio de palavras, agredir um prefeito, exigindo-lhe que renunciasse ao cargo por estar o referido prefeito cobrando promessas de recursos para o seu município. Foi agredido com palavras que não se coadunam com a posição de um governante.

Chegamos a essa situação no Estado, Sr. Presidente. Quando aprovamos o projeto aqui no Senado, queríamos, através de emenda, que esses recursos do PLANAFLORA fossem diretamente para os municípios. Por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Porque seria muito fácil proceder-se à fiscalização; seria fácil, por exemplo, que o Banco Mundial

e o Governo Federal fiscalizassem, pois, quando o PLANAFLORA foi aprovado, quando o Banco Mundial deu o "sim", formou-se, através do Governo do Estado, um conjunto de interessados nas chamadas licitações dirigidas. Foi preciso que nós, Senadores representantes do Estado de Rondônia, alertássemos o Ministério da Integração Regional para tomar cuidado, para vigiar as licitações que já estavam sendo dirigidas para meia dúzia de apaniguados do Governo do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os desmandos no Estado de Rondônia constituem fatos que precisam ser investigados. O Sr. Governador, nas suas andanças pelo interior, começa a usar o destempero da fala, onde a tônica não é a discussão em alto nível, mas a agressão com palavras a Senadores, Deputados e Prefeitos. É o desespero daquele que nada fez no Estado a não ser prometer, prometer e prometer; e vendo que o seu tempo está se exaurindo, que o seu mandato está acabando, implanta na imprensa, através dos recursos públicos, apelações, inverdades contra os representantes do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como não existem projetos, programas, usam-se até os recursos do Ministério da Saúde destinados aos agentes comunitários. Recentemente, fez-se a entrega de um cheque de 200 mil cruzeiros reais ao município, via rádio e televisão, pagando por isso três vezes mais; usou-se um recurso do Governo Federal, um recurso do Ministério da Saúde, querendo enganar a boa fé do cidadão rondoniense.

Registro o meu protesto, chamando a atenção do Ministério da Integração Regional, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e do Ministério dos Transportes no sentido de que a fiscalização dos recursos enviados para o Estado de Rondônia seja mais efetiva; que seja fiscalizado o seu emprego, porque está montada no Estado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma conjuntura de políticos interessados simplesmente na sua autopromoção. Não se preocupam com o desenvolvimento do Estado, com a infra-estrutura, com a saúde pública, com o sistema viário ou com a assistência social; estão preocupados com a sua promoção, através da imprensa, utilizando os minguados recursos do cidadão rondoniense.

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, falarei sobre a fiscalização dos tributos do Estado. O Governo assumiu e readmitiu nove fiscais que haviam sido expulsos a bem do serviço público; com isso podemos observar que já se iniciam os problemas relacionados com a fiscalização. Encontram-se presos vinte e três fiscais no Estado de Rondônia, onde há um desmando total, um desgoverno estadual que precisa ser denunciado à Nação para que os Ministérios possam fiscalizar o recurso público a ele destinado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há instituições que marcam a fisionomia de cidades, regiões, paí-

ses; adquirem a feição própria do lugar onde se instalaram e se desenvolvem; influenciam decisivamente nos seus rumos; constituem o nascodouro de idéias, filosofias, técnicas e artes; sua função mais altaneira é compor o cérebro da sociedade, para pensar os grandes temas universais, nacionais e locais. Tais instituições a que me refiro são as universidades. Falarei a respeito de uma em particular, que me é especialmente cara: a Universidade de Brasília. Foi ali que adquiri meu grau de bacharel e onde desfrutei do convívio frutuoso com mestres de notório saber e colegas de mente inquieta.

Brasília é uma cidade invulgar em muitos aspectos. Concebida num projeto urbanístico e arquitetônico arrojado, não poderia cair na mesmice das universidades nacionais e estrangeiras ao criar sua universidade. Nisso também ousaram seus idealizadores.

Conceberam a Universidade de Brasília como um modelo de instituição universitária a servir de paradigma para os países mais avançados do mundo. Queriam-na depurada dos erros das universidades tradicionais. Queriam-na distante dos equívocos das demais universidades brasileiras. Queriam-na como um fórum permanente de geração de idéias em todos os campos do saber, compromissada com o futuro da Nação, com o desenvolvimento do País e a felicidade do seu povo.

A muitos homens ilustres se deve a criação da Universidade de Brasília. No plano governamental, três presidentes impulsionaram o seu nascimento: Juscelino Kubitschek, que mandou elaborar o projeto da nova universidade e o encaminhou ao Congresso Nacional; Jânio Quadros, que referendou por decreto a Comissão designada para elaborar o projeto; e João Goulart, que promulgou a lei de criação da UnB e deu seguimento à sua implantação. No plano civil, as discussões que levaram ao formato da universidade ideal envolveram mais de uma centena de intelectuais, pensadores, artistas, professores, cientistas, tendo mobilizado, inclusive, a sociedade brasileira para o Progresso da Ciência, convocada em reunião especial para debater a estruturação da futura universidade. Desses intelectuais, o que mais se destacou, sem dúvida, foi Darcy Ribeiro, a quem coube a Presidência da Comissão especial encarregada de projetar a Universidade de Brasília, e que foi, depois de criada a UnB, seu primeiro Reitor nomeado.

De espírito ousado e mente inquieta, Darcy Ribeiro emprestou sua própria feição ao ideário da nova universidade. Anos depois, num livro publicado em 1978, intitulado: "UnB: invenção e descaminho", o grande idealizador da UnB confessava que "sendo um descontente com a universidade, com a sociedade e com a Nação, tal qual elas eram e são, o que me movia e incitava era sempre o impulso de mudar, nunca o de conservar."

Diferenciando-se fortemente dos padrões de organização das universidades então vigentes, o projeto da Universidade de Brasília se assentava em três unidades centrais. Os Institutos Centrais de Ciências, Letras e Artes se voltariam para o cultivo e o ensino do saber fundamental. As Faculdades Profissionais se dedicariam à pesquisa e ao ensino das ciências aplicadas. Os órgãos complementares ofereceriam serviço à comunidade universitária e à cidade. Aos institutos centrais cabia a oferta de três modalidades de cursos: os básicos ou introdutórios, que forneceriam aos alunos ingressantes uma formação geral no campo das ciências, das letras e das artes; os cursos formativos, destinados a preparar especialistas, segundo a área de opção dos alunos egressos do básico, e os cursos de pós-graduação, com oferta de mestrado e doutorado.

Essa forma de organização do ensino daria ao aluno mais liberdade para compor sua grade de disciplinas e integralizar seus programas de estudo. Ao fim de dois anos de estudos básicos e introdutórios, abriam-se para o estudante vários caminhos alternativos: seguir para a Faculdade Profissional e completar sua formação com mais dois ou três anos de estudos e prática na carreira de sua escolha, prosseguir com os estudos no Instituto Central e obter o grau de bacharel; ou ainda, obtido o grau de bacharel, cursar dois anos de estudos pedagógicos e práticas docentes na Faculdade de Educação para tornar-se professor do ensino médio ou especialista em educação. Se sua vocação se direcionasse para a pesquisa, o aluno poderia, após obtido o grau de bacharel, permanecer no Instituto Central, na qualidade de aluno agregado, e buscar sua formação de pesquisador na área a que quisesse se devotar.

Ao invés das antigas cátedras, a organização dos institutos ou faculdades se faria por departamentos, em que um colegiado de professores seria responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão em seu campo de saber. Cada departamento, em sua área de especialidade, dedicar-se-ia a temas de relevância para o desenvolvimento do País, fazendo deles seus projetos próprios de investigação, com os quais pretendiam o reconhecimento nacional e internacional da comunidade científica. Os núcleos de pesquisa não trabalhariam isolados. Os estudos seriam integrados, num sistema multidisciplinar e interatuante. Dizia-se que a futura universidade de Brasília obedeceria a duas lealdades: a fidelidade aos padrões internacionais do saber e a busca de soluções para os problemas nacionais.

Como sabem os Srs. Senadores, esses planos não chegaram a ser concretizados em sua plenitude. Muitos permaneceram no mesmo tempo dos verbos que usei para descrever o projeto inovador da nossa universidade, ou seja, o futuro do pretérito, o tempo em que se projeta o futuro num cenário pretérito, passado, findo. O tempo da universidade que poderia ter sido, mas não foi, que poderia ter tornado realidade os sonhos de toda uma geração de pensadores, cientistas e professores, homens e mulheres que poderiam se autodefinir tal como Darcy Ribeiro o fez, descontentes com a universidade que tinham e incitados pelo impulso de mudar. Mudar para conseguir a universidade ideal que queriam não apenas para a capital recém-estabelecida, mas a que queriam para o Brasil.

O golpe militar de 1964 abateu a Universidade de Brasília ainda em seu nascedouro. Seguiu-se um longo período de latência. E de crises. É inesquecível na história da UnB o ano de 1965, quando mais de duzentos professores fundadores da Universidade decidiram que não mais poderiam permanecer em seus postos, diante de acontecimentos havidos contra toda a universidade. O que havia atraído um seletivo grupo de professores até aqui era justamente o modelo de universidade que estava sendo implantado na nova capital. Se não pudessem permanecer fiéis ao seu espírito, era preferível a retirada. Aos que ficaram, restou ou se aliarem ao despotismo ou lutarem para manter viva a chama da universidade desejada.

Novos ventos sopram hoje na Universidade de Brasília. Mais madura nos seus mais de trinta anos de vida, ela se consolida como uma força viva e atuante no cenário regional e como um marco de referência no mundo científico nacional e estrangeiro.

Nos últimos anos, suas atividades têm se expandido, com crescimento real de 25% na oferta de vagas e a abertura recente de sete cursos noturnos. Por meio de um sistema

racional de gestão de seus bens, a UnB tem conseguido, nos últimos anos, ampliar a dotação de verbas para a manutenção do campus e melhoria das instalações, aquisição de equipamentos, ampliação do espaço físico e, o que é mais importante, reforçar o orçamento das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Perto de doze mil alunos estudam regularmente na UnB. Mas a comunidade se favorece com os serviços de extensão oferecidos ao público interessado, podendo usufruir também do acervo de 600 mil exemplares da Biblioteca Central, considerada como uma das maiores do País. O evento anual da Semana Universitária abre as portas da Academia para mostrar sua produção científica, técnica e cultural. No ano passado, mais de dez mil pessoas visitaram a UnB durante o evento. Um dos eventos marcantes da história recente da UnB foi o "Fórum do Pensamento Inquieto", promoção que reuniu expressivas personalidades do País para uma reflexão sobre os novos paradigmas e as questões cruciais da época atual. A integração da Universidade com a comunidade vem se ampliando muito com as atividades e eventos da educação a distância, dos quais participaram, no ano passado, mais de duas mil pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o setor universitário de nosso País vem sofrendo progressiva diminuição dos recursos governamentais, para fazer frente à manutenção de suas atividades no nível desejado.

O contingenciamento das verbas federais tem causado extremado dano às instituições de ensino superior, mantidas pela União. Na Universidade de Brasília, os recursos federais destinados às despesas de custeio e capital representam, segundo o reitor Antonio Ibañez, menos de um terço das necessidades da Universidade. Segundo cálculos da reitoria, é preciso triplicar o montante das destinações atuais para os investimentos que se fazem necessários no campus da UnB. Não fossem os recursos conseguidos com a gestão do patrimônio próprio, convênios ou doações de governos estrangeiros, prestações de serviços a terceiros, a Universidade estaria há muito estagnada e imobilizada pela inépcia de nossos governantes.

E para evitar que sucumba à míngua, que dirijo meu apelo aos poderes constituídos de nossa Nação, para que dêem o devido apoio à Universidade de Brasília. Ainda é tempo de fazer dela a concretização dos sonhos de seus idealizadores, pensadores que miravam o futuro e desejavam projetar o Brasil no cenário científico e cultural das nações mais desenvolvidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para formular um apelo ao novo Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, e ao Ministro das Minas e Energia, Deputado Paulino Cícero, no sentido de que a Usina Hidrelétrica de Manso, cuja construção chegou a ser iniciada, seja incluída entre as obras prioritárias do Governo Federal. A construção da referida obra é indispensável ao desenvolvimento de Mato Grosso que, sem ela, estará sujeito ao regime de racionamento no fornecimento de energia elétrica e blecautes, a partir de 96.

As obras da Usina Hidrelétrica de Manso foram paralisadas em novembro de 89, depois que o Governo Federal, através da ELETRO NORTE, já investiu cerca de 100 milhões de dólares. O que seria a redenção para Mato Grosso resu-

me-se a um canteiro de obras abandonado, que se situa a pouco mais de 100 Km da capital, Cuiabá, justamente no Município de Chapada dos Guimarães. Depois da paralisação das obras, a ELETRONORTE limita-se a manter alguns guarda-só para preservar o patrimônio público.

Consciente da importância dessa obra para Mato Grosso, desde que assumiu o Governo, o Governador Jaime Campos empenhou-se numa grande batalha para que as obras sejam reiniciadas. No início do seu mandato, em 1991, o Governador Jaime Campos visitou as obras da usina, recebendo do então Presidente da ELETRONORTE, Dr. Afonso Thiago Sima, a garantia de que Manso seria concluída. Afonso Thiago Sima já não é mais Presidente da ELETRONORTE, demitido que foi recentemente pelo Presidente Itamar Franco e pelo Ministro Paulino Cícero, e as obras da usina foram abandonadas. É mais uma obra célebre, paralisada, na qual se gastou milhões de dólares.

O Governador de Mato Grosso empenha-se, desde que assumiu o mandato, para que o importante empreendimento tenha continuidade. Tentou ele marcar um encontro com o então Presidente da época, Fernando Collor, e com seu Ministro Marcílio Marques Moreira, fazendo um grande esforço para viabilizar a retomada da construção, mas naquele Governo nada conseguiu em termos de realização por Mato Grosso.

De acordo com informações prestadas na ocasião pela ELETRONORTE, a empresa já investira mais de 100 milhões de dólares na Usina Hidrelétrica de Manso, sendo necessários ainda 300 milhões de dólares para sua conclusão final. Apesar da grande expectativa gerada no meu Estado, as obras não foram retomadas, gerando uma grande frustração popular.

No plano prioritário do setor energético, o ex-Ministro Eliseu Resende não previu recurso para as três usinas defendidas pela então Ministra do Planejamento, Yeda Crusius: Cana Brava, Manso e Serra da Mesa. Aquela gaúcha que chegou entusiasmada para assumir o Ministério do Planejamento e que havia colocado a Usina de Manso nas prioridades, saiu também do Governo decepcionada por nada conseguir.

O Programa de Ação Governamental do Planejamento, preparado sob a coordenação da Ministra Yeda Crusius, previu mobilização de recursos para permitir a continuidade das obras de construção de usinas hidrelétricas, tais como Xingó, Corumbá, Jorge Lacerda IV, Samuel, Cana Brava, Manso e Serra da Mesa. Mas o ex-Ministro da Fazenda, Sr. Eliseu Resende, decidiu excluir do elenco de obras prioritárias justamente as Usinas de Cana Brava, Serra da Mesa e a nossa Usina de Manso.

De acordo com informações que circulavam na ocasião, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o ex-Ministro Eliseu Resende teria optado pela concentração de recursos que assegurassem apenas obras a cargo de uma construtora a qual era ligado, a Odebrecht. Talvez o ex-Ministro da Fazenda ignorasse que também a Usina Hidrelétrica de Manso estivesse sob a responsabilidade de um consórcio de construtoras formado pela Odebrecht e pela Mendes Júnior. Aliás, o relatório interno da ELETROBRÁS revela que o Grupo Odebrecht, pelas suas construtoras Odebrecht e CBPO, é a empreiteira mais beneficiada com investimentos reservados pelo Governo Federal para o setor energético do País.

É forçoso admitir que o Estado do Mato Grosso foi duramente penalizado por uma decisão eminentemente política do ex-Ministro Eliseu Resende, retirando a Usina de Manso do programa de prioridade do Governo do setor elétrico,

relegando-a a plano secundário. Paralelamente, o meu Estado vai ficando cada vez mais desassistido neste setor de tanta importância estratégica, sofrendo contínuos blecautes que resultam da dramática carência de energia. Para que V. Ex's tenham idéia, hoje o Mato Grosso é abastecido por linhas de transmissão que saem de Cachoeira Dourada, aqui em Goiás, até Mato Grosso, com mais de 1000 km de extensão.

O Governo de Mato Grosso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tem remado contra a maré, neste caso. Apesar dos esforços enviados pelo Governador Jaime Campos para que sejam retomadas imediatamente as obras da usina de Manso, "forças ocultas" trabalham em sentido contrário. Tenho que admitir que tem faltado um maior e mais decidido apoio da nossa bancada federal em Brasília, para que o nosso pleito seja finalmente atendido.

A retomada das obras da importante hidrelétrica depende exclusivamente da liberação de recursos, que estão inseridos no Orçamento da União desde o começo do Governo Collor, e agora também no Governo Itamar Franco.

Justiça seja feita: ainda no Orçamento de 1993 o Relator deste Projeto, Senador Mansueto de Lavor, incluiu recurso substancial para dar reinício a esta grande obra, a obra do setor energético de Mato Grosso. Forças representativas da sociedade mato-grossense, como a Federação das Indústrias, Associação Comercial, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) etc., e todos os demais segmentos estão se mobilizando no sentido de exigir que o Governo Federal confira prioridade à construção dessa usina que representa a verdadeira redenção para Mato Grosso.

Segundo informações do engenheiro Gustavo Vasconcelos, Superintendente Regional da Eletronorte no nosso Estado, o reinício das obras da construção da Usina de Manso só depende da liberação de recursos orçamentários. Estão previstos no Orçamento da União, no exercício de 93, cerca de 70 milhões de dólares. No ano passado, estavam previstos 50 milhões de dólares não liberados pelo Governo Federal, um tostão sequer, sendo sacrificados pelos planos de contingenciamento a que esses tempos de crise sujeitam os nossos Orçamentos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para ser concluída, a Usina Hidrelétrica de Manso reclamaria, somados os 100 milhões de dólares já empregados, um investimento de aproximadamente 400 e poucos milhões de dólares. Temos a contabilizar uma linha de transmissão de 77 quilômetros de extensão entre o Município de Nobres (do linhão Coxipó/Nobres, que futuramente se estenderá até Sinop, constituindo o famoso linhão de Sinop para o norte) e o canteiro de obras na Chapada dos Guimarães. Trata-se de energia "emprestada" para garantir a realização das obras, uma vez que não existe subestação no local.

Quando as obras de construção da Usina Manso tiveram início, em 1989, previa-se que a Usina Hidrelétrica de Manso começaria a operar em dezembro de 1994, no final do ano, portanto, também ainda no governo atual. Diante da insólita paralisação das obras, por carência de recursos, se elas fossem retomadas hoje só poderiam ser concluídas no início, ou meados de 1997.

Os 100 milhões de dólares já empregados na Usina Hidrelétrica de Manso garantiram a conclusão de 80% da parte civil (a escavação), a desapropriação de 10% da área de 40 mil hectares abrangida pela Usina. Os 1.500 funcionários que lá começaram a trabalhar foram todos exonerados, com a paralisação.

Considerando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a dramática escassez de recursos em que vive o País, sugiro uma associação de esforços entre os poderes públicos e privados para viabilizar a retomada da Usina Hidrelétrica de Manso. O primeiro passo seria a constituição de um consórcio do qual participariam todos os empresários dos distritos industriais de Cuiabá e Várzea Grande, em Mato Grosso, assim como outros segmentos empresariais que viessem a se interessar pelo empreendimento. Essa associação poderia viabilizar o financiamento de 35% da obra, para que, mediante recursos de incentivos fiscais ou empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A outra parte dos recursos, ou seja, os 65% restantes, seriam financiados pelo Governo Federal, que se utilizaria de recursos pelo Sistema de Refinanciamento da Dívida Externa para Investimentos — o chamado *Suplier's Credit*. Tal idéia consiste na apropriação do deságio pelo fornecedor internacional na compra financiada de títulos da dívida brasileira no mercado secundário. Este ganho possibilitaria a concessão de um percentual de crédito em cruzeiros, viabilizando recursos para a compra no mercado interno.

De acordo com esta sugestão, o banco estrangeiro "X" detém um crédito vencido ou a vencer no BACEN, de 100 milhões de dólares; existe um projeto "Y" com insuficiência de recursos para aquisição de equipamentos no valor de 150 milhões de dólares. O fornecedor estrangeiro e/ou a instituição financeira estão dispostos a oferecer, para cada dólar de equipamento importado, um dólar de crédito paralelo. Assim sendo, o fornecedor estrangeiro ou a instituição financeira compra os créditos de US\$ 100 milhões do banco "X", com deságio pelo valor de US\$ 60 milhões. Na conversão em cruzeiros, para financiamento do projeto "Y", o BACEN se apropria de US\$ 10 milhões do deságio e autoriza a utilização do refinanciamento para o investimento de 90 milhões de dólares, desde que o fornecedor estrangeiro e/ou a instituição financeira coloquem mais 60 milhões de dólares de dinheiro novo.

Com esse sistema, seriam obtidos cerca de 150 milhões de dólares necessários ao projeto. Supondo que o fornecedor estrangeiro estivesse disposto a suprir o País com um crédito paralelo de 1.1 e que cerca de 30 milhões de dólares de deságio fossem dados como financiamento à parte nacional, o paralelo cresceria para 1.1.5, elevando-se a nacionalização. Os recursos provenientes do Governo Federal seriam tomados como empréstimo a longo prazo, com cerca de 20 a 25 anos para amortização e 12 anos de carência.

Nesse esforço para viabilizar a obra, poderíamos proceder a uma revisão de todo o projeto da Usina Hidrelétrica de Manso, o que incluiria a redefinição de novo roteiro para melhor utilização do local de construção, com a consequente diminuição das desapropriações e do custo do projeto. Também seria possível uma redefinição do sistema de construção, projetando-se o aproveitamento de três usinas em sistema de módulo, como meio de reduzir drasticamente a destruição do meio ambiente.

O objetivo seria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, viabilizar o projeto, do ponto de vista econômico, para que ele próprio se pague com a venda de energia produzida. Poderíamos, também, sugerir, se isso não fosse possível que se fizesse, a privatização total do que já está construído em Cuiabá em termos de Usina Hidrelétrica do Manso. Existem grupos interessados em investir no setor elétrico. Para tanto, é necessário que o Congresso Nacional vote, imediatamente, o projeto de lei, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso,

que prevê a concessão de serviços públicos para iniciativa privada.

Por isso, todo o Estado de Mato Grosso se mobiliza para fazer um apelo ao eminente Presidente Itamar Franco, no sentido de que não penalize os mato-grossenses, relegando uma obra indispensável ao seu desenvolvimento, como é a Usina Hidrelétrica de Manso. Para que V. Ex's tenham conhecimento, Srs. Senadores, há mais de 6 anos que não temos uma obra executada pelo Governo Federal no Estado do Mato Grosso. Essa era a única. Estamos completamente abandonados, desde o final do Governo Sarney, quando esta obra foi paralisada. Não houve nenhuma outra em Mato Grosso feita pelo Governo Federal. Todo esforço no sentido do desenvolvimento de Mato Grosso é feito com os recursos do Governo do Estado, das Prefeituras municipais e da iniciativa privada. Infelizmente, o Mato Grosso é tratado a pão e água pelo Governo Federal, desde a gestão do Presidente Collor, continuando, agora, na do Presidente Itamar Franco, principalmente no setor de energia elétrica.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos pôr a cabeça em movimento e criar uma fórmula capaz de viabilizar essa usina tão importante para a nossa região.

Aproveitando a oportunidade, estamos ocupando a tribuna deste Senado Federal para reivindicar a construção da Usina Hidroelétrica do Manso. Queremos também, neste momento, dar conhecimento ao Senado Federal de um documento expedido pelos plantadores de soja do Mato Grosso, já que hoje o nosso Estado é o terceiro maior produtor de grãos deste País. O Mato Grosso, nesta safra agrícola de 1993, colheu cerca de 6 milhões e 500 mil toneladas de grãos, dos quais cerca de 3 milhões e 500 mil toneladas de soja.

Por isso, por ser um grande produtor de soja, o Estado de Mato Grosso está sendo punido pelo Governo Federal, pelo novo, recém-assumido Ministro da Agricultura, Munhoz da Rocha, com a nova política agrícola lançada nos últimos dias. Os nossos sojicultores publicaram o seguinte documento à Nação brasileira:

"Carta do sojicultor de Mato Grosso.

Em 1990, com o Plano Collor, a Ministra Zélia Cardoso de Mello quase levou a agricultura brasileira à falência, como é do conhecimento de todos. As safras entraram em queda livre. O Brasil gastou fortuna em importações. O campo empobreceu e a fome já chegou na cidade — até parece que a lição não foi aprendida.

Em 1993, estão querendo repetir o mesmo erro, com as desastrosas medidas divulgadas recentemente, onde o sojicultor médio e grande está excluído do crédito oficial. O Centro-Oeste, em especial o Mato Grosso, está 100% fora, pois aqui não há pequeno ou minipro-dutor de soja.

As alternativas de culturas como o milho, arroz e feijão também nos foram tiradas, uma vez que as garantias de preços mínimos foram mudadas. De um lado, temos custos maiores de produção e de outro, preços menores de garantia. Assim não tem jeito.

O Ministro da Fazenda, Dr. Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro da Agricultura, Dr. Barros Munhoz, ou ignoram a importância da soja no Brasil ou não gostam de Mato Grosso. Não sabemos o que é pior. Para Mato Grosso, a retirada do crédito oficial para o sojicultor é tirar o oxigênio da economia estatal. Se não vejamos:

- 25% da soja brasileira é produzida no Mato Grosso;
- 70% das lavouras de Mato Grosso são de soja;
- 70% do PIB estadual tem origem no complexo soja.

No momento em que temos a oportunidade histórica de capitalizar esse herói do campo, com os bons preços que a soja está obtendo no mercado internacional, lhe é tirado o crédito. No momento em que lhe é dada uma oportunidade rara de saldar suas dívidas com o Banco do Brasil, com origem nos desastrosos planos econômicos anteriores, puxam-lhe o tapete. O que é isso? Inveja? O agricultor não tem direito de ganhar dinheiro?

Um lembrete: o Banco do Brasil perdeu sua principal função em Mato Grosso como agente financiador agrícola. Poderá se transformar em um grande departamento jurídico.

Não queremos subsídios, todavia não podemos aceitar calados a mudança das regras do jogo. A sojicultura não suporta juros acima de 12,5% ao ano.

A opinião pública está sendo enganada quando estes Senhores ocupam a mídia para dizer que a Agricultura é prioridade. Na prática, as ações governamentais são no sentido inverso. Se a preocupação dos Srs. Ministros do atual Governo é com a produção de alimentos baratos, não é penalizando o produtor que vão conseguir. A mesa do trabalhador só será farta quando o seu poder aquisitivo for maior. O poder aquisitivo só aumenta com a situação de pleno emprego. O pleno emprego se alcança com o aumento da produção. E a agricultura é o pivô central para a retomada do desenvolvimento.

Vamos lembrar Benjamin Franklin, que disse: "Se as cidades queimarem e os campos forem preservados, as cidades ressurgirão. Se os campos queimarem, as cidades sucumbirão".

É esse o documento, Sr. Presidente, assinado em Mato Grosso pela Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, pela Cooperativa Mista do Cerrado Ltda, pelo Sindicato Rural de Rondonópolis e também, neste instante, pelo Senador Júlio Campos.

Srs. Senadores, os Estados Unidos tiveram recentemente a maior cheia de sua história no vale do Mississippi, na sua maior região produtora de soja, o que permitiria ao Brasil, no próximo ano, ser o grande fornecedor desse produto alimentício para os americanos. No entanto, com a política desastrosa do Ministro da Agricultura, elevando os juros de 12,5% para 18% ao ano, estamos desestimulando os plantadores daquele Estado que é hoje o grande produtor de soja do País.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Tem V. Ex^a o aparte.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Quero aplaudir o vibrante pronunciamento em defesa dos interesses da região, do grande Estado que V. Ex^a representa, dos seus produtores, principalmente os produtores rurais. V. Ex^a aborda dois temas fundamentais no seu pronunciamento. Primeiro, em defesa daquilo que é a mola propulsora do desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, ou seja, a instalação de usinas hidrelé-

tricas e de suas redes de transmissão. V. Ex^a faz referência à luta para alocação de recursos no Orçamento. Eu jamais poderia me sentir bem se houvesse alocado recursos suficientes para a hidrelétrica de Xingó, indispensável ao desenvolvimento do Nordeste, negando recursos para hidrelétricas em outras regiões. E o fiz como um dever. É fundamental para o Centro-Oeste, para o Mato Grosso, essa hidrelétrica de Manso, a que V. Ex^a alude, junto com as demais unidades produtivas de energia e suas redes transmissoras. A segunda parte do pronunciamento de V. Ex^a trata da agricultura do Mato Grosso e o seu principal produto, que é a soja, ao lado, evidentemente, do seu produto tradicional, que é a pecuária. É claro que ao País interessaria bastante priorizar essa agricultura, porque ela representa a colheita imediata de divisas, tão importantes para o nosso desenvolvimento. Esse é o discurso na prática, mas, na realidade, lamentavelmente, as coisas ocorrem de modo diferente. O que esperamos é que o novo Ministro da Agricultura, que é um homem de São Paulo, portanto, próximo a Mato Grosso, entenda a situação e as colocações que V. Ex^a faz. Ele é um político, não é um tecnocrata, não é um burocrata como tantos outros que povoam os Ministérios. Ele é um político, ele tem sensibilidade. O discurso marcante que V. Ex^a faz neste momento vai, com certeza, pesar muito no *bureau* de despachos do Sr. Ministro Barros Munhoz. É o que esperamos. O seu projeto de equivalência/preço, custo do financiamento/preço do produto é um projeto correto. Mas ele não pode discriminhar segmentos da agricultura. Aquele produtor que realmente acreditou na produção agrícola deve ter o benefício dessa nova sistemática contra a incursão dos juros bancários, que estão afastando das atividades a produção rural brasileira. Nesse sentido, eu diria até que seria necessário que o Ministro ouvisse V. Ex^a, para que pudesse os produtores da soja do Mato Grosso, de tão vital importância para o equilíbrio da nossa balança comercial, ser atendidos nas suas reivindicações. Convém ressaltar que o problema do escoamento da produção será equacionado com a construção da chamada Ferrovia Leste-Oeste, que vai exatamente até o Estado do Mato Grosso, atravessa São Paulo e vai aos portos de Santos e de Paranaguá. É fundamental não só se estimular uma grande produção para que os produtores tenham retorno da sua quase ousadia de acreditar na produção agrícola, numa região vocacionada para esse tipo de atividade, mas também assegurar as condições mínimas de escoamento dessa produção. Isso significa o aceleramento da construção da Ferrovia Leste-Oeste que, em boa hora, já foi privatizada, restando ao Executivo federal e estaduais a complementação através de pontes rodoviárias. Tudo isso é muito importante. V. Ex^a tem a minha solidariedade, nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado, nobre Senador Mansueto de Lavor. Incorporo, com muita honra, o seu aparte ao nosso pronunciamento.

Quando me referi a V. Ex^a, como Relator do Orçamento de 1993, quero dizer que estivemos no seu gabinete, em companhia do Governador Jaime Campos e dos Senadores Márcio Lacerda e Lourenberg Nunes Rocha, pedindo que acolhesse uma emenda especial para que as obras da Usina Hidrelétrica de Manso fossem reiniciadas neste ano. Infelizmente, já estámos no mês de agosto e, até hoje, aquele recurso previsto no Orçamento sequer foi liberado para reiniciar a obra. São 100 milhões de dólares jogados fora, nas mãos de dois ou três guardas de firmas privadas, expostos às intempéries do tempo, perdendo-se num Mato Grosso carente de energia.

Hoje, o nosso Estado tem um déficit de cerca de 200 mil Kw, quando a Usina Hidrelétrica do Manso, se terminada, estaria fornecendo cerca de 120 a 140 mil Kw para o nosso Estado.

Com relação à agricultura, se o nosso Estado diminuir sua área agricultável e, consequentemente, sua produção, o Brasil perderá, porque, da soja produzida lá, cerca de 80% é exportada para o mercado internacional, haja vista que os grandes produtores de soja hoje estão investindo todo seu recurso em outras obras.

O próprio Dr. Olacyr de Moraes, do Grupo Itamarati, que é um dos grandes empresários brasileiros — recebeu, inclusive, o título de "Rei da Soja", pela imprensa —, está investindo na construção de uma estrada de ferro privada. São 1.200 Km ligando São Paulo, Goiás e Minas Gerais a Cuiabá. A estrada Ferro Leste beneficia três grandes saídas: uma via São Paulo, através do Porto de Santos e Paranaguá; outra via Goiás-Minas Gerais, pelo Triângulo Mineiro, beneficiando o Porto de Tubarão, no Espírito Santo.

Outra via de transporte que barateia a exportação da soja é através do rio Paraguai. Estamos com barcaças saindo com a soja mato-grossense do Porto de Cáceres, um pequeno porto fluvial, descendo o rio Paraguai, passando por Assunção até o Porto de Nova Palmira, no Uruguai, ao preço de 30 dólares a tonelada; enquanto que, transportada por caminhão, essa soja custa 70 dólares a tonelada no Porto de Santos ou Paranaguá.

Portanto, novas alternativas são necessárias, e Mato Grosso as tem. Uma delas, por exemplo, seria uma pequena melhoria no porto fluvial de Porto Velho, que viabilizaria a saída de grande produção de soja do noroeste mato-grossense, da região de Campos Novos, em Parecis, de Tangará da Serra para Porto Velho; de lá para o Porto de Manaus ou para o Porto de Belém, com destino aos países compradores da soja mato-grossense, que, devido às favoráveis condições de clima e solo, é uma das melhores do Brasil.

Não pode existir, entretanto, esse desestímulo gerado pelas taxas de juros diferenciadas: enquanto que para os demais Estados brasileiros é de 12,5% ao ano, para o agricultor mato-grossense sobe para 18% ao ano. Por que Mato Grosso tem que pagar 5,5% a mais que os demais produtores brasileiros? Devido a esse fator, o agricultor perde a oportunidade de, no ano que vem, produzir soja em grande quantidade e exportá-la a um preço condigno para o mercado internacional — principalmente para o norte-americano, que foi, este ano, arrasado com a grande cheia dos últimos 60 dias. Essa seria a chance para o sojicultor pagar os seus financiamentos junto aos bancos financiadores, como o Banco do Brasil.

Por isso, neste instante, faço um apelo veemente aos Ministros da Agricultura, Dr. Barros Munhoz, Deputado Estadual por São Paulo que hoje exerce essa honrosa função, e ao nosso Colega, Senador Fernando Henrique Cardoso, que ocupa a Pasta da Fazenda, no sentido de serem acatadas as reivindicações dos sojicultores de Mato Grosso, para que, no próximo ano, a produção de grãos — soja, arroz, milho — e outros produtos de importância para o desenvolvimento brasileiro e para a mesa do trabalhador do nosso País, ultrapasse em pelo menos um milhão as seis milhões e quinhentas mil toneladas deste ano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JÚLIO CAMPOS EM SEU DISCURSO:

MATO GROSSO NEGOCIA MUDANÇAS NA POLÍTICA AGRÍCOLA PARA 93/94

Da Assessoria

Mato Grosso está batendo duro no Ministério da Agricultura, exigindo mudanças imediatas na Política Agrícola para a Safra 93/94 lançada pelo Governo Federal. Na semana que vem o secretário de Agricultura de Mato Grosso, Aréssio Paquer, e outras autoridades do setor fazem uma segunda visita aos ministros da Agricultura, Barros Munhoz e da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, para reforçar as reivindicações feitas na audiência da última quinta-feira quando não só Mato Grosso, mas outros estados do país também protestaram contra as medidas definidas pelo novo pacote agrícola. Segundo o secretário Aréssio Paquer, o *lobby* da Fenaban — Federação Nacional dos Bancos — tem funcionado muito bem a ponto de direcionar a favor dela certas decisões do pacote. "Coisas estranhas estão acontecendo no processo de normatização das medidas. Várias artimanhas foram elaboradas fazendo com que o produtor não tenha outra alternativa a não ser financiar o plantio da próxima safra nos bancos", alerta o secretário.

Os produtores rurais querem as seguintes alterações na Política Agrícola da Safra 93/94; a soja tem que ser financiada pelo crédito rural com juros controlados a 12,5 por cento; o preço mínimo de todos os produtos tem que ser o mesmo em todo o País; a renegociação das dívidas não pode ser realizada com juros superiores aos do crédito rural (pelo pacote agrícola a renegociação passa a ser com juros de 18 por cento); não podem ser limitados os financiamentos dos produtos considerados básicos e o prazo do Adiamento de Contatos de Câmbio (ACC) devem voltar a ser de 360 dias.

A esperança dos produtores de Mato Grosso é de que no mínimo as normas para o financiamento da próxima safra sejam as mesmas da safra anterior. Nas bases atuais o secretário de Agricultura do Estado afirma que é um retrocesso. Na primeira etapa de negociação com o Governo Federal os ministros da Agricultura e da Fazenda consideraram justas as reivindicações dos produtores. Fernando Henrique Cardoso chegou até a pedir um prazo de uma semana para reavaliar a política agrícola. Mas antes mesmo de terminar este prazo os mato-grossenses voltam a pressionar o Governo Federal.

COMARQUEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Álvaro Pacheco _ Antônio Mariz _ Aureo Mello _ Bello Parga _ Carlos Patrocínio _ Dirceu Carneiro _ Humberto Luêna _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ Jonas Pinheiro _ José Fogaça _ José Sarney _ Júlio Campos _ Lourival Baptista _ Márcio Lacerda _ Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1993 (nº 3.714/93, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências, tendo

— Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta, de nºs 01, 02 e 03; pela aprovação das Emendas nºs 06 e 07, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e pela rejeição das Emendas nºs 04, 05, 08, 09 e 10.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 8 de julho último.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — **Item 2:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1993, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre o não pagamento da ajuda de custo aos Membros do Congresso Nacional. (Dependendo de parecer)

Nos termos do art. 140, alínea a, do Regimento Interno, a Presidência designa o nobre Senador Francisco Rollemberg para proferir o parecer, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE). Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1993, ementado à epígrafe, de autoria dos eminentes Senadores HUMBERTO LUCENA, CHAGAS RODRIGUES, JÚLIO CAMPOS, AFFONSO CAMARGO, PEDRO SIMON, MAURO BENEVIDES, VALMIR CAMPELO, NABOR JÚNIOR e CÉSAR DIAS, é composto de dois artigos, prevendo o último que a sua vigência ocorre com a publicação, enquanto o art. 1º estabelece, **in verbis**:

“Não é devida ao parlamentar ajuda de custo pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, a partir de 30 de julho de 1993, para apreciação da Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993, que “dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização”.

2. Não há notícia de lhe terem sido apresentadas emendas.

3. Pede-se o pronunciamento desta CCJ, que, no caso, lhe cabe opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como emitir parecer quanto ao mérito, por se tratar de notória competência da União (Regimento Interno, art. 101, I e II).

4. Não se vislumbra qualquer vício de constitucionalidade ou injuridicidade no Projeto de Decreto Legislativo sob exame, o qual também se coaduna, por inteiro, com as disposições regimentais.

5. Quanto ao mérito, ousrossim, há que apoiar, sem dúvida, tal proposição, que vem ao encontro da expectativa nacio-

nal de redução dos gastos públicos. Porquanto, como bem sintetizado na Justificação,

“Não nos parece razoável o pagamento de ajuda de custo ao Parlamentar por uma convocação extraordinária do Congresso Nacional que abranja período tão reduzido”.

6. Efetivamente, a mencionada Medida Provisória nº 334, de 1993, que reeditou a Medida Provisória nº 327, de 1993, foi submetida à apreciação do Congresso Nacional pela Mensagem nº 67, de 1993-CN (nº 460, de 23.07.93, na origem), tendo sido publicada no **Diário Oficial** da União de 26 de julho de 1993.

7. Por conseguinte, nos termos do art. 62, **caput**, parte final, da Constituição, combinado com o § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1989-CN, encontrando-se então o Congresso Nacional em recesso, ocorreu sua convocação automática. Pelo que coube a seu Presidente marcar sessão congressual, que teve lugar, tempestivamente, na sexta-feira subsequente, dia 30 de julho de 1993. Nessa data, houve, em Plenário, a comunicação da Presidência sobre a edição e publicação da MP nº 334, a designação da Comissão Mista e o estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria, o qual previu para a segunda-feira seguinte, dia 2 de agosto corrente, — portanto, já aberta a segunda sessão legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 57 e § 1º) —, a instalação da própria Comissão Mista, sem prejuízo de apresentação de emendas até 31 de julho próximo findo.

8. À vista do exposto, é de se concluir pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1993, e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O parecer conclui favoravelmente à matéria.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em **turno único**.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Áureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN-AM). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos ouvido muitas explicações e temos em mãos documentos diversificados a respeito do Projeto Calha Norte, objeto do pronunciamento que devo proferir nesta Casa.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos, inclusive, apresentou um estudo muito interessante a respeito das razões que motivaram o Governo a empreender o Projeto Calha Norte.

Pode-se dizer, segundo ela, que esse esforço teve o seu início no primeiro semestre de 1985, quando, a partir de uma avaliação político-estratégica da região, foi determinada a realização de estudos apropriados que permitissem estabelecer medidas destinadas, por um lado, a enfrentar as carências mais sérias da área, em particular as de caráter sócio-econômico que aflige as populações e, por outro lado, assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial naquela região.

A região localiza-se ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas, correspondendo a 14% do território nacional, praticamente inexplorado e com extensa faixa de fronteira habitada virtualmente por indígenas, tendo-se constituído, ao

longo dos anos, num desafio e preocupação constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto nacional devido, máxime, às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente.

Agora, o locutor e apresentador paulista que aos sábados costuma apresentar o seu programa na TV Manchete, se não estou enganado, e cuja audiência é fantástica, não somente em São Paulo, como em todo o Brasil — não sei se como matéria paga ou se em decisão espontânea —, uma vez por mês ou pelo menos uma vez a cada dois meses, começou a apresentar-se diretamente de Manaus, do Amazonas, ouvindo principalmente o Governador do meu Estado, o cidadão Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo. Ele é, inegavelmente, um homem de uma fantástica mobilidade de ação e de uma capacidade singular e extraordinária para o trabalho.

Gilberto, entrevistado por Ferreira Netto — é esse o nome do grande locutor a quem me refiro —, advertiu recentemente a Nação — e sublinhou o aspecto porventura perigoso dessa revelação — que já existem lá na Guiana, na fronteira com o Brasil, tropas armadas, pára-quedistas preparados, gente de guerra dos Estados Unidos, dando a impressão, aparentemente, de principiar a autêntica e real ocupação daquela área amazônica.

Não preciso dizer do sonho acalentado por muitos anos, desde os tempos da conquista do Acre pelas empresas belgas e americanas, de se plantar naquela região amazônica — e ali transformar aquele Brasil pouco habitado num chão de primeiro mundo —, do qual se sorveriam grandes riquezas que ali existem em troca de uma tecnicidade altamente sofisticada e moderna que realmente é o de que se faz carente a região.

Pois bem, agora o Sr. Gilberto Mestrinho avisa-nos, através da televisão: "vão chegar mais 780 pára-quedistas militares norte-americanos para se unirem àqueles que já se encontram na Guiana, e ampliar assim o estoque militar na fronteira do Brasil e na área da Região Amazônica.

Gilberto — que não deixa passar camarão pela malha — adverte-nos com aquela seriedade e serenidade, ao mesmo tempo, de quem governa a Amazônia com um amor exacerbado pela região, de um verdadeiro patriota da Amazônia. Ele está advertindo o Brasil: "vão chegar agora mais 780 soldados militares americanos embalados e preparados para exercícios na fronteira do Amazonas com a Guiana". Também informou que, não sei se pelo receio dessas nações de que a presença desse militarismo todo na região signifique uma tentativa invasora nos pequenos territórios que ali existem. Virão também tropas francesas para, na Guiana Francesa, ocuparem aquele chão, defenderem ou contribuirem para que o grande anel estreite-se mais sobre a Amazônia, dando oportunidade, quem sabe, a que se morda um pedaço daquele queijo enforestado tão apetitoso que existe, causando a saliva grossa na boca dos que sempre aspiraram a ser donos daquela região.

O Projeto Calha Norte é mais acentuado pelo obstáculo natural das calhas do Rio Solimões e Amazonas, tendo a dissociá-la do restante do território brasileiro pelas óbvias limitações ao acesso terrestre nessas áreas. Em contrapartida, observa-se ao norte dessa área uma continuidade territorial que, se por um lado induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro permite o fácil acesso aos agentes do comércio e das atividades ilegais.

A decisão do Governo de encetar uma ação iniciadora da efetiva incorporação da área ao processo de desenvolvimento natural, estimulando a sua integração com as demais

regiões de forma equilibrada e a sua aproximação com os vizinhos do Norte do continente, merece, realmente, todos os aplausos, todo o apoio, toda a consideração do Governo brasileiro. A prova disso é que temos aqui no Congresso, no Senado especificamente, uma Comissão de Inquérito, presidida pela combativa e brilhante representante do Estado de Roraima, que já está baixando os seus escafandros, colocando as suas lutas poderosas para vislumbrar e descobrir o que possa ser realmente de utilidade brasileira e de solapamento e sabotagem da nossa área do Extremo Norte.

Corre na Casa um projeto do Sr. César Dias tornando sem efeito aquela determinação que destinou aos índios ianomâmis um território capaz de abrigar alguns países europeus. O nobre Senador Jarbas Passarinho, justificando, no seu entender, a amplitude dessa medida, declarou que o principal fator motivante dessa decisão determinadora de uma área tão grande era precisamente o fato de serem os ianomâmis o povo mais primitivo da terra, verdadeiros brucutus daquela região, que estariam na fase da pré-história, e os seus integrantes terem costumes diversificados, cada qual formando uma verdadeira nação, inclusive umas agressivas com as outras. Uma delas tem o costume de matar as mulheres no momento em que nascem, hábito mais estranho do que aqueles do Iémen, pelos quais quando a mulher atinge a puberdade as dessexualizam. Estes vão além, estes matam, acabam com as mulheres. E quando necessitam delas, vão às tribos vizinhas, agrideem, guerreiam, invadem, matam os outros índios e capturam as mulheres de que precisam para procriar.

É uma versão machista ou masculina das lendárias amazônias, que nos tempos de antanho, de Orellana, davam os seus muiaraquitas para os homens que elas elegiam como reprodutores dos seus filhos e somente voltavam para revê-los na época em que se fazia necessária nova reprodução.

A verdade é que já se prepara uma outra área, cujo nome o Senador João França deve saber, também em Roraima, para ser delimitada: Raposa e Serra do Sol. Isso já foi também denunciado pela nobre representante de Roraima, a Senadora que preside a Comissão da Calha Norte. Raposa e Serra do Sol já estão também nos esquadros, nas ogivas, nas perspectivas geométricas do País para seres distribuídos aos aborígenes que por ali pervagam.

A verdade é que o Governador Mestrinho está aflito e também o Senador César Dias, cujo projeto que torna sem efeito a perimetragem ianomâmi navega nos mares desta Casa com pareceres bastante favoráveis. Não sei onde está agora o projeto, mas da última vez que o vi estava, salvo o juízo dos doutos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Houve um afrouxamento, na faixa de fronteira, da atividade do Projeto Calha Norte. E o que é o Projeto Calha Norte? É um planejamento integrado de ação governamental para a região ao Norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas. Tem em vista, em seu todo, o desenvolvimento sócio-econômico da área e a sua consequente integração ao restante do País, tudo feito com a presença respeitável dos militares brasileiros.

Pessoalmente, sou contra se criar áreas indígenas sob a alegação ecológica de preservar costumes índios, hábitos imemoriais de tribos e a atuação social de uma raça que veio talvez, da Mongólia, saltou pelas Ilhas Aleutas e se esparramou pelas regiões brasileiras, algumas litorâneas, determinando o que se chama a raça índia.

E por que sou contra isso, senhores? Sou contra isso porque conheço os Deputados José Dutra e Ézio Ferreira,

conheço o Prefeito Amazonino Mendes e conheço uma população imensa no extremo Norte que é produto da miscigenação. Eles são descendentes de índios e de brancos e, misturados, originaram as figuras brilhantes, talentosas, geniais, atuantes que citei e que V. Ex's conhecem, por serem eles parlamentares que não negam fogo, não decepcionam e são dos maiores, dos mais inteligentes da outra Casa do Congresso Nacional.

Então, entendo que a solução com relação aos índios no Brasil não é a solução americana de metralhar, de mandar os "generais Custers" nacionais para acabar com eles. Nem é, talvez, a mesma solução de Cândido Mariano Rondon, que por ser descendente direto de índios pregou um grande respeito, mas não definiu áreas de moradia; preferiu criar o SPI — Serviço de Proteção aos Índios, hoje a chamada FUNAI — sem definir a questão de territorialidade.

Realmente, na minha humilde opinião de caboclo, de Rondônia, vizinho dos Cintas Largas, das áreas dos Bocas Negras, próximo dos Waimiris, o bom é que o índio se misture com o branco e promova a população cabocla, assim como o negro, que se miscigenou e se miscigena aqui no sul com a população branca, dá origem ao tipo mulato brasileiro "colored", mas um "colored" suave, inteligente e talentoso. Nada de racismos, nada de quistos, nada de territórios invioláveis, até porque o índio não está para isso. Se alguém tiver dúvida que vá até uma maloca e ofereça um bom cadillac, um bom santana — para propagandearmos um pouco o nosso compatriota Raimundo Lira — àqueles aborígines; que lhes dê água encanada, eletricidade, ruas asfaltadas, luz, conforto. O índio vai tirar a tanga, vestir uma calça de veludo e sentir-se muito feliz; quem é que não gosta de "galinha morta"? Essa é que é a verdade.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os nossos queridos irmãos do extremo Norte, e alguns também da área europeia, têm que ter um pretexto qualquer para, quem sabe, aproximar-se tão amistosamente do chão amazônico relegado ao abandono.

Lá no Amazonas não existe mais navegação fluvial. Os navios do Amazonas pararam porque o Governo brasileiro resolveu privatizar a empresa de navegação que dava assistência aos ribeirinhos e aos moradores de Manaus, de Belém e de outras cidades. Quem quiser que vá de avião, ou de carro, ainda que não haja estradas adequadas para transportar as grandes cargas. Se isso não acontecer pouco se lhe dá ao bom Brasil que o Amazonas fique lá, que se fomente com seus próprios recursos naturais.

Existe uma mancha verde que cintila e brilha com os olhos como se fossem pírolampos que está atenta e observa esse problema; essa mancha verde chama-se Exército brasileiro. Desde o princípio, quando se empreendeu a Calha Norte, as Forças Armadas brasileiras fizeram como os portugueses de antanho, com a bravura e a força daquele povo cantábio-pirenáico: colocaram em toda a orla fronteiriça da Amazônia fortins formidandos, como aquele do Amapá — fortalezas imbatíveis ao tempo, como aquela do Príncipe da Beira. E lá, nas pontas errantes dos Municípios de Jauareté ou Yauraté, no alto do Rio Negro, os contrafortes erguidos; e nas faldas de Benjamim Constant, pontos de armas como os "dardanelos" de Óbidos na garganta fluvial que o Amazonas forma, quando passam embarcações de qualquer tipo; ali, uma fortaleza escondida na mata é capaz de dominar toda aquela região e alcançar qualquer embarcação invasora.

Mas isso caiu de moda, foi nos velhos tempos, foi no antanho. E, hoje em dia, como se substituir essa bravura, essa sagacidade, essa inteligência dos generais portugueses? Através do Projeto Calha Norte, que é um centro situado em Manaus, irradiador de progresso e civilização, fazendo vilarejos na periferia, nas áreas fronteiriças com a Venezuela, com a Colômbia, com as Guianas todas e outros pontos territoriais de língua espanhola. Que dêem oportunidade aos chamados povos do Primeiro Mundo, que nunca tiveram pena de ninguém — a Inglaterra escravizou a China e a Índia no mais duro sadismo durante séculos e desvirilizou o primeiro desses países através dos tóxicos poderosos, do ópio, que fazia do chinês um semivivo — antes que esses chamados povos civilizados venham a nós. Embora estejamos em época moderna, podemos vir a ter uma surpresa.

Contudo, isso não pode acontecer nos dias de hoje! Como poderiam os americanos chegar e tomar terras brasileiras? Ora, muito simples: do mesmo modo que tomaram aquele paisinho da América Central, Granada. Chegaram lá, invadiram e ocuparam. E quem é que vai no pescoço do lobo, quando se trata de cordeiros espalhados pelo mundo?

Chegaram ao Panamá. Estava para vencer o acordo que dava ao Panamá sua autonomia como país. Mas isto não interessava ao nobre homem do petróleo, do ferro, da energia dinâmica e estática. Então, foram ao Panamá e prenderam aquele general, o Manoel Antonio Noriega, que passou a ser acolhido de contrabandista, foi condenado e está preso nos Estados Unidos. Puseram no governo quem queriam e, sobretudo, prorrogaram o prazo do contrato do Canal do Panamá, para que os doutos Estados Unidos prosseguissem desfrutando a hegemonia continental. Foi realmente isso o que aconteceu. Já ouvi que o sonho durado de certos povos era fazer da Europa uma grande e única nação; das Américas, uma grande e única nação; não sei o que pretendem com relação à Ásia e à Oceania.

O Calha Norte tem como objetivo fortalecer a expressão militar do poder nacional na faixa de fronteira e nas suas vias de acesso, cabendo à Marinha do Brasil intensificar as atividades relativas à segurança da navegação, controle de embarcações e seu policiamento, bem como serviço de patrulha fluvial; ao Exército Brasileiro, a ocupação física dos pontos sensíveis na faixa de fronteira, vigiando e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; à Força Aérea Brasileira, a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica que lhe possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço nos pontos sensíveis de interesse na faixa de fronteira.

Complementarmente, as Forças Armadas, pela peculiaridade capilar, ensejada por sua organização e articulação, deverão contribuir para a vivificação da faixa de fronteira e para o desenvolvimento da área, apoiando logisticamente os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo, particularmente nos setores da educação e telecomunicações.

Concluindo, o Programa Calha Norte, por seus objetivos e por suas características, é inegavelmente prioritário para a integração da área ao restante do País, afirmando a presença do Estado e criando melhores condições aos brasileiros que aviventam a fronteira norte.

A manutenção da nossa soberania, tarefa que exige abnegação, pertinácia, decisão e, acima de tudo, patriotismo, particularmente naquelas lonjuras, tem merecido do Governo Fe-

deral a necessária atenção e os meios para sua vigilância e proteção — diz a Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O Programa Calha Norte, é importante ressaltar, transcende, há muito, o aspecto vigilante dessa região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar um projeto governamental arrojado e multidisciplinar de considerável alcance a brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas assegura a nossa posse sobre a região.

Dos distintos planejamentos governamentais, desde o início do programa, podemos inferir que, em prazo relativamente curto, no cenário econômico desfavorável, o Programa Calha Norte tem, sem solução de continuidade, buscado atender às necessidades de integração e desenvolvimento da área objeto de sua ação.

Falei aqui em pequenas pinceladas, talvez para os Senadores "azuis", ou para algum desavisado que escute no seu gabinete palavras de um pobre remador; que, no meio da largura do Rio Amazonas, singra, com a sua igaré furada, no meio dos matupás e dos troncos de babaia, o percurso de uma advertência para a nossa terra, Senador João França.

Gilberto Mestrinho deflagrou de lá, com a autoridade de Governador do maior Estado da Federação, a advertência: "Prestem atenção! Vem gente aí!" Espero que estas palavras não tenham ecoado no abstrato, no vazio, mas que tenham, com este reforço que faço, sido acolhidas pelas pessoas que têm a responsabilidade de tudo ver, tudo saber, zelar por tudo e amar o povo fantástico deste país maravilhoso que se chamou Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aureo Mello, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Aureo Mello, o Sr. Júlio Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 110, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 110, de 1993 (n° 3.714/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências, tendo

— Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta, de nºs 1, 2 e 3; pela aprovação das emendas nºs 6 e 7, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e pela rejeição das emendas nºs 4, 5, 8, 9 e 10.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1993, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre o não pagamento da ajuda de custo aos Membros do Congresso Nacional, tendo

— Parecer favorável, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Rollemberg.

3

REQUERIMENTO N° 745, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 745, de 1993, do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos do art. 336, alínea d, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1993 (n° 3.399/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos de Patrulheiro Rodoviário Federal e dá outras providências.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 80, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1992 (n° 906/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 24 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal, tendo

— Parecer favorável, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1992 (n° 1.172/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 370 do Código de Processo Penal, tendo

— Parecer favorável, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcio Lacerda.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 44, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1992 (apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como conclusão de seu Parecer nº 224, de 1992), que disciplina a aprovação pelo Senado Federal das operações financeiras com o Fundo Monetário Internacional, tendo

— Parecer, sob nº 208, de 1993, da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 410, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a

delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.127/93-8, resolve:

Aposentar, voluntariamente, o servidor TOMAS MARTINS VIEIRA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de agosto de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

183ª Reunião

Aos nove dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na sala de reuniões da Primeira-Secretaria, reúne-se o Conselho de Supervisão do CEGRAF, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Júlio Campos. Compareceram à reunião os Senhores Conselheiros Dr. Manoel Vilela de Magalhães, Dr. Rubem Amorese, Dr. José Ribamar Duarte Mourão e o Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor Executivo do CEGRAF. Iniciando a reunião o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da 182ª Reunião, que, após lida é aprovada por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente solicita ao Conselheiro Manoel Vilela de Magalhães que apresente parecer ao Processo nº 000328/93-6, que trata da Tomada de Preços nº 6/93, para aquisição de prancha e compensado de mogno, laminado plástico e cola. Em seu parecer o Relator constata que foram "atendidas as exigências legais, técnicas e financeiras aplicáveis ao presente processo

licitatório" e "considerando que foram cumpridas todas as etapas do processo dentro das normas previstas no edital e legislação pertinente", opinou por sua homologação. O parecer é aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente passa para o item seguinte, solicitando parecer ao Conselheiro José Ribamar Duarte Mourão sobre o Processo nº 000191/93-0, para reforma geral de três guilhotinas com instalação de terminal de vídeo e teclado. O Relator, após discorrer sobre o trâmite do processo licitatório conclui por sua legalidade tendo em vista as manifestações favoráveis da Assessoria Jurídica do CEGRAF. O parecer é aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente passa para o terceiro item da pauta solicitando ao Conselheiro Rubem Amorese parecer ao Processo nº 000299/93-6, que trata da aquisição de papéis e cartões offset, couché e Kraft pela modalidade licitatória da Concorrência. O Sr. Relator discorre sobre os procedimentos adotados para sua realização, todos de conformidade com os ditames legais, estando, portanto, apto para ser homologado. O Parecer é aprovado por unanimidade. O último item da pauta trata da Tomada de Preços nº 3/93, para aquisição de tintas para impressão, pelos sistemas plano, rotativo offset e tipográfico. O Sr. Presidente solicita ao Conselheiro Manoel Vilela de Magalhães parecer sobre o procedimento licitatório dessa aquisição. O Relator, após análise detalhada do processado, verifica que o mesmo cumpriu as etapas editalícias, dentro das normas previstas na legislação pertinente, opinando por sua adjudicação. O parecer é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a presente. E, para constar, eu, Valdeque Vaz de Souza, Secretário do Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que subscrevo e, após lida e aprovada vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho.

Brasília, 9 de junho de 1992. — Senador Júlio Campos, Presidente — Manoel Vilela de Magalhães, Conselheiro — Rubem Amorese, Conselheiro — José Ribamar Duarte Mourão, Conselheiro — Agaciel da Silva Maia, Diretor Executivo do CEGRAF.

MESA	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro
Presidente Humberto Lucena - PMDB - PB	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Jutahy Magalhães Fábio Alves	Vice-Líder Vamir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues - PSDB PI	LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Fávaro Antônio Mariz Aluízio Bezerra Gilberto Miranda	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias - PPR - MS	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas Vice-Líderes Almir Gabriel Jutahy Magalhães	LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos - PFL - MT	LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel Vice-Líderes Fábio Alves Odair Soares	Vice-Líder Áureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior - PMDB - AC	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Rixol	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise - PRN - MG		LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
4º Secretário Nelson Wedekin - PDT - SC		Vice-Líderes Carlos DeCarli Moisés Abrão Affonso Camargo
Suplente de Secretário Iavoikier Maia - PDT - RN		LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
Lucídio Portella - PPR - PI		
Beni Veras - PSDB - CE		
Carlos Patrocínio - PFL - TO		

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/1
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SF-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/9
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Belo Parga	MA-3069/
Maron Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrício	TO-4058/68	Elio Alvares	ES-3131/3
Francisco Rollemberg	SF-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/4

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/8
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/9

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/8
Alfonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/6
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wdeckin	SC-3151/5
		PRN	

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/0
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/50

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/3
		PDS	

Luccio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/2
		PSB / PT	

Eduardo Suplicy

SP-3213/13	José Paulo Birol	RS-3224/2
	PP	

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/2

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia			
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341			

Sala de reuniões: 3652			
------------------------	--	--	--

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.			
--	--	--	--

Sala nº 09 – Ala Alexandre Costa			
----------------------------------	--	--	--

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Jólio Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes		
------------------	------------------	--	--

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/9
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/71
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3492/9
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/5
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4
Manoel de Lavor	PR-3182/R3/84	Pedro Simon	RS-3210/3
Aluízio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surugay	AL-3185/8
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/5
Onofre Quiman	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/1

PFL

Carlos Patrício	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/1
Raimundo Lira	PB-3201/02	Belo Parga	MA-3069/
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elio Alvares	ES-3131/3
João Rocha	MA-4071/72	Josephat Marinho	BA-3173/7

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes		
------------------	------------------	--	--

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluízio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quiman	GO-3148/49
Cid Sávio de Carvalho	CF-3058/60	Pedro Simon	RS-3210/32
Divaldo Surugay	AI-3140/RS	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/43/3	Ronan Tito	MG-3038/39

PFL

Carlos Patrício	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/1
Raimundo Lira	PB-3201/02	Belo Parga	MA-3069/
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elio Alvares	ES-3131/3
João Rocha	MA-4071/72	Josephat Marinho	BA-3173/7

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes – Ramal 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Lugar: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes	
------------------	------------------	--

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluízio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quiman	GO-3148/49
Cid Sávio de Carvalho	CF-3058/60	Pedro Simon	RS-3210/32
Divaldo Surugay	AI-3140/RS	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/43/3	Ronan Tito	MG-3038/39

PFL

Carlos Patrício	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/1
Raimundo Lira	PB-3201/02	Belo Parga	MA-3069/
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elio Alvares	ES-3131/3
João Rocha	MA-4071/72	Josephat Marinho	BA-3173/7

ni Veras	PSDB			PDC						
	CF-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74			
é Richa	PR-3163/64	- Dirceu Carneiro	SC-3179/80		PP					
rio Covas	SP-3177/78	Vago		Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128			
	PTB				PDS					
onato Camargo	PR-3062/61	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Luccio Portella	PI-3055/56			
lmir Campelo	DF-3188/89/40/61	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos						
as Pinheiro	AP-3206/07	Martuce Pinto	RR-4062/63	Ramais: 3496 e 3497						
	PDT			Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas						
gno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -						
	PRN			Anexo das Comissões - Ramal 3546						
lano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18		COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI					
y Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92		(23 Titulares e 23 Suplentes)					
	PDC				Presidente: Darin Pereira					
isés Abrão	CD-3197/32/32	Gerson Camata	ES-3203/04		Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho					
eridílio Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24							
	PP									
ira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3099/90							
	PT/PSB									
uardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Birol	3224/25							
retário: Dirceu Vieira M. Filho										
anais: 311-3515/3516/4354/3341										
mídia: Terças-feiras, às 10 horas										
at: Sala das Comissões: Ala Senador Alexandre Costa -										
nal 4344										
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRB										
(19 Titulares e 19 Suplentes)										
Presidente: Alfredo Campos										
Vice-Presidente: Hydekel Freitas										
Suplentes										
PMDB										
nan Tito	MG-3039/40	Maum Benevides	CE-3052/53	Flaviano Melo	AC-3491/94	Amir Lando	RO-3110/11			
redo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94	Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62			
on Carneiro	RJ-3219/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Aluízio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53			
aldo Suruagy	AI-3185/86	Mansueto de Fávaro	PE-3182/83	Onofre Quinlan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40			
o Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05	Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53			
y Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65	Alfredo Campos	MG-3237/38	Antônio Mariz	PB-4345/46			
	PFL			Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46			
ilherme Palmeira	AI-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34	Vago	Vago	Vago	Vago			
deckel Freitas	RS-3064/65	Josephat Marinho	BA-3173/74	Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43			
urival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201	Teotônio V. Filho	AI-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72			
aro Pacheco	PI-3085/86	Marcos Maciel	PF-3197/98	Vago		Joé Richa	PR-3163/64			
	PSDB									
rciu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Alfonso Camargo	PR-3062/63			
é Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20	Martuce Pinto	RR-4062/63	Vago				
	PTB									
z. A. Oliveira	PR-4059/59	Valmir Campelo	DF-3188/89		PTB					
rtuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07							
	PDT									
ercy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75							
	PRN									
lano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215							